

## COORDENAÇÃO GERAL DE FINANÇAS/DF

## Termo de Referência 5/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	443033-COORDENAÇÃO GERAL DE FINANÇAS/DF	JAQUELINE FARIA BIZZO	08/05/2026 14:12 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	56/2026	02070.004000/2026-28

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura Contratação de serviços contínuos de confecção e instalação de divisórias, portas e acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, além do fornecimento de peças e acessórios e aquisição, fornecimento e instalação de isolamento acústico, a fim de atender às necessidades de todas as UC's do ICMBio no Distrito Federal e no estado de Goiás, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO	Item	Especificação	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	1	TIPO 1.1 : Pannel cego do piso ao teto ou com bandeira cega a partir de 2150 mm até o teto	m²	1800	R\$ 854,00	R\$ 1.537.200,00
	2	TIPO 1.2 : Pannel cego do piso até 1100 mm, após vidro duplo comum (6mm espessura) até o teto ou a 2150 mm com bandeira cega até o teto. Prever a possibilidade de persiana entre vidros.	m²_1	1000	R\$ 1.325,00	R\$ 1.325.000,00
	3	TIPO 1.3 : Pannel cego do piso até 1100 mm, pannel com vidro único comum (6mm espessura) até o teto ou a 2150 mm com bandeira cega até o teto.	m²	600	R\$ 1.184,63	R\$ 710.778,00
	4	TIPO 1.4 : Vidro duplo TEMPERADO (6mm espessura), do piso até o teto ou até 2150 mm e bandeira com vidro duplo TEMPERADO até o teto. Prever a possibilidade de persiana entre vidros.	m²	500	R\$ 1.880,00	R\$ 940.000,00
	5	TIPO 1.5: Divisórias panorâmicas removíveis tipo biombo. Altura variável de 1100mm a 1600mm, espessura final de 80 mm. Considerar opção de colocar acabamento de 300mm em vidro na parte superior. Apresentar ABNT (NBR 13964:2003).	m²	500	R\$ 700,00	R\$ 350.000,00
	6	TIPO 2.1 : Divisória retrátil, 100 mm de espessura, elevação pannel cego ou paginado do piso até ao trilho, modulada de acordo com a medida local, 100% estruturada em perfis de alumínio extrudado. Composta de painéis (MDF ou MDP de 15mm) comuns e painéis terminais, dotados de guias telescópicas com sistema mecânico de acionamento, suspensos através de troles com roletes duplos horizontais que proporcionam diversas passagens em cruzamento tipo "T", "X" ou "L". Apresentar ensaios: acústico (mínimo 41dB) e de reutilização.	m²	100	R\$ 3.526,50	R\$ 352.650,00
	7	Porta simples MDF de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa (vide especificações).	un	120	R\$ 2.777,08	R\$ 333.249,60
	8	Porta dupla MDF de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Largura de 1600 mm (duas folhas de 800mm) e espessura de 35 a 38 mm. Completa (vide especificações).	un	50	R\$ 3.531,54	R\$ 176.577,00
	9	Porta simples de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa: batente e conjunto ferragens (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana.	u	30	R\$ 4.300,00	R\$ 129.000,00
	10	Porta dupla de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 1600 mm (duas folhas), altura do piso até o teto ou com bandeira e espessura de 35 a 38 mm. Completa: batente e conjunto ferragens, fecho (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana.	u	20	R\$ 8.700,00	R\$ 174.000,00
	11	Persiana horizontal entre vidros com 16 mm de largura, composta por lamina de alumínio com acabamento em pintura poliéster aplicada pelo sistema coil coating, (cor a definir), com comando externo acionado através de botão giratório acoplado na moldura do quadro de vidro.	m²	250	R\$ 450,00	R\$ 112.500,00
	12	Atenuante Acústico: Constituído de lã de pet, de 50mm de espessura e densidade de 30 kg/m3.	m²	1200	R\$ 236,26	R\$ 283.312,00
	13	Montante de saída de parede: confeccionado em perfil de alumínio.	m	300	R\$ 136,36	R\$ 40.908,00
	14	Guia de piso: confeccionada em perfil de alumínio	m	150	R\$ 148,42	R\$ 22.263,00
	15	Guia de teto: confeccionada em perfil de alumínio	m	150	R\$ 139,28	R\$ 20.892,00
	16	Travessa: confeccionada em perfil de alumínio	m	150	R\$ 95,00	R\$ 14.250,00
	17	Acabamento de canto angular 90º,confeccionado em perfil de alumínio	m	150	R\$ 250,10	R\$ 37.515,00
	18	Batente: confeccionado em perfil de alumínio	m	150	R\$ 294,83	R\$ 44.224,50
	19	Rodapé (eletro -calha): confeccionado em perfil de alumínio	un	150	R\$ 269,00	R\$ 40.350,00
	20	Painéis em MDF com 15mm de espessura, acabamento em laminado	m²	350	R\$ 310,00	R\$ 108.500,00
	21	Quadro de vidro duplo: Módulo vidro duplo com espessura final de 80 mm. Padrão existente	un	50	R\$ 2.980,00	R\$ 149.000,00
	22	Fechadura: marca La Fonte ref. 515 ou similar na cor a definir ou conforme modelo existente	u	90	R\$ 500,00	R\$ 45.000,00
	23	Dobradiças: 3x2 ½ "dotadas de pino central, rolamentos internos com esferas de aço, tampas de acabamento de formato cilíndrico	u	270	R\$ 60,00	R\$ 16.200,00
	24	Paineis em MDF com 15mm de espessura com acabamento em laminado melamínico texturizado	m²	100	R\$ 380,11	R\$ 38.011,00
	25	Confecção com instalação de Móveis Planejados, conforme projeto. Ver especificações.	m²	100	R\$ 2.200,00	R\$ 220.000,00
	26	Forro composto por placas de fibra mineral, conforme especificações.	m²	3000	R\$ 170,00	R\$ 510.000,00
	27	Desmontagem de Divisória e porta especial cega/vidro	m²	700	R\$ 87,27	R\$ 61.089,00
	29	Estação de Trabalho para 01(uma) pessoa	un	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
	30	Estação ou plataforma de trabalho para 02 pessoas	un	40	R\$ 210,00	R\$ 8.400,00
	31	Estação ou plataforma de trabalho para 04 (quatro) pessoas	un	40	R\$ 280,00	R\$ 11.200,00
	32	Desmontagem e remoção para fora da Instituição, forro gesso	m²	3000	R\$ 74,31	R\$ 222.930,00
	33	Montagem de Divisória especial e porta cega/vidro	m²	700	R\$ 133,39	R\$ 93.373,00
	34	KIT PORTA PRONTO. Conforme descrição técnica.MDF ignifugo. Acompanha: batente, alizares e ferragens. Apresentar a ABNT NBR 15930-2.	un	50	R\$ 2.500,00	R\$ 125.000,00
	35	Porta simples de correr: Dimensões: 800mm x 2100mm. Porta maciça, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens	un	8	R\$ 2.800,00	R\$ 22.400,00
	36	Porta dupla de correr: Dimensões: 1600mm x 2100mm. Porta maciça				

35	Porta dupla de correr. Dimensões: 2200mm x 2200mm. Porta maciça, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens	un	5	R\$	4.500,00	R\$	22.500,00
36	Porta simples (alumínio) de correr. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa. Prever a possibilidade de micro persiana	un	8	R\$	4.800,00	R\$	38.400,00
37	Porta dupla (alumínio) de correr. Requadrada em alumínio e vidro TEMPERADO de 6 mm. Largura de 1600 mm (duas folhas), espessura de 35 a 38 mm. Completa. Prever a possibilidade de micro persiana	un	5	R\$	9.500,00	R\$	47.500,00
38	Luminárias do tipo painel LED, tipo plafon de embuir, quadrada, conforme especificações.	un	220	R\$	450,00	R\$	99.000,00
				TOTAL		R\$	8.489.372,10

## Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços são enquadrados como contínuos.

## Prazo de Vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente estudo tem por desígnio apresentar as bases de planejamento para a contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviços de confecção e instalação de divisórias, portas e acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, além do fornecimento de peças e acessórios e aquisição, fornecimento e instalação de isolamento acústico, a fim de atender às necessidades das UC's do ICMBio no Distrito Federal e no estado de Goiás.

2.2. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com fulcro na Lei n.º 11.516/2007, é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, em que, tem como finalidade, dentre as quais são:

"Art. 1º Fica criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas."

2.3. Este estudo visa expor as demandas referentes ao fornecimento e à instalação de divisórias, com o intuito de oferecer a solução mais adequada para a criação de ambientes que não exijam intervenções maiores da construção civil.

2.4. Foi feita a transferência do uso do Complexo Administrativo Sudoeste, situado no Lote n.º 1 da EQSW 103/104, no Sudoeste, em Brasília/DF, ao Instituto Chico Mendes, conforme estabelecido pela Portaria MGI n.º 779, que fora divulgada no Diário Oficial da União em 3 de fevereiro de 2025.

2.5. Está sendo prevista também a construção do edifício sede do Centro de Pesquisa de Cavernas e do Centro de pesquisa do Cerrado no SCES Trecho 03 Projeto Orla, Polo 08, lote 08, Asa sul, além de outras demandas necessárias nas demais UC's do ICMBio no estado de Goiás.

2.6. Assim sendo, haverá um aumento na área de escritórios do ICMBio de cerca de 9.000 m², além daquela área já existente nas UC's do ICMBio do Distrito Federal e do estado de Goiás. Essa ampliação das instalações atenderá à demanda por novos espaços que acolham aproximadamente 400 profissionais, incluindo colaboradores, servidores concursados e aqueles transferidos para as áreas em questão.

2.7. A contratação tem por finalidade proporcionar melhores condições de trabalho e, principalmente, a manutenção do padrão visual dos ambientes, autárquica e fundacional, utilizando novas tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, sendo imprescindível a realização de constantes investimentos na estrutura para tanto.

2.8. A adequação dos espaços já existentes está em consonância com o Manual de Padrão de ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, versão 1.1 de 2022 e Portaria conjunta nº38, de 2020.

2.9. Ante o exposto, urge a necessidade de proceder a licitação regular para contratação dos serviços de confecção e instalação de divisórias, portas e acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, além do fornecimento de peças e acessórios e aquisição, fornecimento e instalação de isolamento acústico, a fim de atender às necessidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com base no histórico processual deste Instituto, trazendo como exemplo o processo n.º 02070.007948/2023-92.

2.10. Ressaltamos que o objeto do presente Termo de Referência deve ser adjudicado a uma única empresa, uma vez que a divisibilidade do referido objeto é prejudicial ao seu conjunto, pelo fato da manutenção da qualidade da contratação, onde o gerenciamento dos mesmos permanece todo o tempo a cargo de uma mesma empresa.

2.11. A legislação aplicável à contratação encontra amparo na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

2.12. A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá maior agilidade na contratação dos serviços, bem como otimização dos recursos públicos, evitando a descontinuidade das ações de confecção e instalação de divisórias, portas e acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, de fornecimento de peças e acessórios e aquisição, fornecimento e instalação de isolamento acústico.

2.13. Além disso, a centralização das contratações por meio de registro de preços promove maior controle, padronização dos serviços, previsibilidade orçamentária e flexibilidade administrativa para atendimento das demandas necessárias ao regular funcionamento das UC's do ICMBio no Distrito Federal e no estado de Goiás.

2.14. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A presente contratação preverá a prestação dos serviços com utilização de mão de obra e fornecimento de materiais, remoção para adequação, padronização e alteração de layouts em atendimento à novas demandas e projetos das unidades administrativas do ICMBio no Distrito Federal e em Goiás.

3.2. Para a execução das alterações será necessário que a empresa realize serviços de confecção e instalação de novas divisórias, portas, acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, além do fornecimento de peças e acessórios, de forma a complementar e reparar as divisórias existentes.

3.3. Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, os serviços devem ser executados em tempo hábil com eficiência, conforme previsão contratual e de acordo com o discriminado na planilha de composição de custos apensa ao Termo de Referência, sendo certo que toda alteração de tipo fica condicionada à autorização, especificação e definição da Contratante.

3.4. A adoção de parâmetros balizadores para a condução deste certame, incluindo a definição dos tipos de serviços que poderão ser executados por meio do contrato e a forma de precificação por unidade de medida, assegura a precisão e a clareza do processo licitatório. Embora não seja possível prever o número exato de demandas no universo específico da Autarquia, essas diretrizes são fundamentais para garantir a eficácia do pregão eletrônico.

3.5. A escolha da modalidade de pregão eletrônico, combinada com o regime de execução de preço unitário sob demanda, revela-se a mais adequada para a realização das estratégias necessárias à organização das áreas das UC's do ICMBio no Distrito Federal e em Goiás. Este modelo possibilita uma gestão flexível e eficiente dos serviços contratados, permitindo a adaptação às necessidades variáveis e ao volume de trabalho de cada unidade, enquanto cumpre as finalidades institucionais da Autarquia.

3.6. Além disso, a definição clara dos serviços a serem contratados e a aplicação de critérios de precificação bem estabelecidos contribuem para a transparência do processo, assegurando que os preços sejam justos e compatíveis com os valores de mercado. O regime de preço unitário permite que o pagamento seja realizado conforme a efetiva execução dos serviços, garantindo que o orçamento seja alocado de forma eficiente e conforme as demandas reais.

3.7. O pregão eletrônico, por sua vez, oferece uma plataforma que facilita a competição entre os licitantes e promove maior transparência, tornando o processo mais ágil e acessível. Com isso, busca-se assegurar a melhor relação custo-benefício para a Autarquia e atender de maneira eficaz às necessidades de manutenção e conservação dos espaços supramencionados, em conformidade com suas finalidades institucionais.

3.8. O presente certame será processado através do Sistema de Registro de Preços, que é particularmente adequado para contratações cuja demanda não pode ser prevista com exatidão. Embora haja uma previsão de necessidade, a flexibilidade do SRP permite que a administração adquira os serviços conforme a demanda real se manifesta, evitando assim a superestimativa ou a subutilização de recursos. Essa característica é essencial em cenários onde a necessidade de serviços de manutenção, realocação e conservação é frequente, mas variável, como ocorre em diversas unidades de conservação federais sob gestão do ICMBio. Ademais, a utilização do SRP para serviços comuns de também se justifica pela padronização dos projetos.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A legislação ambiental, as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais literaturas, tais como a ABNT-NBR, devem ser rigorosamente observadas;

4.1.2. Os critérios específicos de sustentabilidade acompanharão a literatura técnica pertinente e serão explicitamente detalhados na Ordem de Serviços, incluindo os encargos e qualificações técnicas sustentáveis aplicáveis;

4.1.3. Quando aplicáveis, deverão ser observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), bem como as demais disposições constantes das Instruções Normativas aplicáveis;

4.1.4. Apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, que deverá estar anexo à proposta de preços, sob pena de recusa desta, com vistas à efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública;

4.1.5. Adotar, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais no desempenho de suas atividades, a otimização dos recursos materiais, a redução de desperdícios e o consumo consciente de água e energia e a instrução dos profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

## **SUBCONTRATAÇÃO**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor [total] da contratação.

4.8.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

- 4.9.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.10. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.13. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.13.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.14.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.14.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.14.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.15. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.19.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.19.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.22. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **VISTORIA**

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas do horário de Brasília/DF.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.30. ESPECIFICAÇÕES:** A especificação das divisórias são baseadas em compras anteriores e nas existentes instaladas nos prédios do ICMBIO, devendo ser utilizada na aquisição para atender às necessidades de alterações de layout dos edifícios deste órgão, inclusive as decorrentes da reestruturação de diretorias e demais setores. Dessa forma, devem compor com as divisórias existentes em padrão, perfis compatíveis, forma de instalação e identificação visual.

### **DIVISÓRIA DE 80MM DE ESPESSURA**

- Divisória modulada removível, piso-teto, saque frontal, espessura final de 80 mm, elevação painel cego do piso até o teto ou painel cego do piso até 2150 mm e bandeira cega até o teto, modulada nas dimensões de 900 mm e fechamento de acordo com a medida local. Composta de estrutura em perfis de alumínio extrudado (cor a definir) que permite a passagem de cabeamento de rede elétrica, lógica e telefônica por toda sua extensão. Placas (MDF ou MDP de 15mm) individuais de saque frontal que proporcionam perfeito alinhamento e fácil acesso ao interior da divisória para eventual manutenção, acessórios de fixação que asseguram qualidade no acabamento sem a necessidade de adaptação em obra, proporcionando maior agilidade na montagem e



facilitando eventuais remanejamentos. Miolo lã de Pet. Cor de placa e perfil (a definir). O conjunto deverá ter um isolamento acústico para divisória cega de no mínimo 45dB (apresentar ensaio) e também possuir certificação da ABNT (apresentar certificado. NBR 15141:2008).

- 

### **ESTRUTURA:**

- Montante: confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 47x33mm, dotado de quatro canais para acomodação de atenuante acústico (borracha de vedação entre as placas e aos montantes), quatro compartimentos para acoplamento do sistema de acessório de fixação (clip de fixação das placas de saque frontal) ambos localizados nas faces transversais do perfil, dois compartimentos para fixação do mesmo e acomodação de atenuante acústico, três furos estampados de formato quadrangular medindo 20x20mm localizados nas faces longitudinais inferiores do montante, bem como nas faces superiores para passagem de cabeamento de rede elétrica, lógica e telefônica por toda sua extensão;
- Montante de saída de parede: confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 47x21mm, dotado de dois canais para acomodação de atenuante acústico (borracha de vedação entre as placas e aos montantes), dois compartimentos para acoplamento do sistema de acessório de fixação (clip de fixação das placas de saque frontal) ambos localizados nas faces transversais do perfil, um compartimento para fixação do mesmo e acomodação de atenuante acústico, três furos estampados de formato quadrangular medindo 20x20mm localizados nas faces longitudinais inferiores do montante, bem como nas faces superiores para passagem de cabeamento de rede elétrica, lógica e telefônica por toda sua extensão;
- Guia de piso: confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 50x70mm, dotada de um canal central para acomodação de atenuante acústico (fita de polietileno);
- Guia de teto: confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 50x40mm, dotada de um canal central para acomodação de atenuante acústico (fita de polietileno);
- Travessa: confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 47x20mm, dotada de um canal central para fixação da mesma e acomodação de atenuante acústico, quatro furos de formato retangular medindo 27x48mm para passagem de fiação, sendo dois em cada extremidade.
- Acabamento de canto angular 90º: confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 80x80mm, dotado de ângulo com raio de 50 mm em um dos vértices;
- Batente: confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tipo “C”, seção 40x80mm, dotado de ângulo com raio de 10 mm em um dos vértices, um compartimento interno para acoplamento do sistema de acessório de fixação e um compartimento externo para acoplamento de amortecedor acústico;
- Rodapé (eletro-calha): confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tipo “C”, seção 100x14mm, dotado de sistema de encaixe do tipo saque frontal, compartimento para receber acessório de regulagem e furos estampados para instalação de tomadas de rede elétrica, lógica e telefonia;
- Acabamento das superfícies metálicas: são tratadas pelo processo de desengraxamento e poderão ser polidas e anodizadas ou pintadas com tinta epóxi-pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir.

- **PLACAS DE MADEIRA:**

- Placas de saque frontal, individuais, distanciadas entre si através de frisos reentrantes com 10 mm de largura, confeccionadas em chapas de fibras ou partículas de madeira de media densidade (MDF ou MDP) com 15 mm de espessura, dotadas de canais verticais na face interna com interrupção de 100 mm das extremidades horizontais para ajuste do sistema de acessório de fixação das placas.
- Laminado melamínico termofundido a baixa pressão, texturizado, na cor a definir. Encabeçamento em fita de pvc de 1 mm de espessura na mesma cor do laminado, colado a quente pelo sistema hot-melt;

- **REVESTIMENTOS E ENCABEÇAMENTOS:**

- Laminado melamínico termofundido a baixa pressão, texturizado, na cor a definir. Encabeçamento em fita de pvc de 1 mm de espessura na mesma cor do laminado, colado a quente pelo sistema hot-melt;

- **QUADROS DE VIDRO:**

- Emoldurados através de perfil de alumínio extrudado, curvo com ângulo de 35 mm, sem baguetes adicionais, formando um quadro rígido de cada lado da estrutura, com juntas de 45°, permitindo saque frontal individual, distanciados entre si através de frisos reentrantes com 10 mm de largura, podendo ser com vidro simples ou duplo de 6 mm (comum ou temperado) de espessura. (Verificar os tipos na elevações das divisórias solicitadas e na planilha de composição de preços).
- **MICRO PERSIANA:**
  - Persiana horizontal entre vidros com 16 mm de largura, composta por laminas de alumínio com acabamento em pintura poliéster aplicada pelo sistema coil coating, (cor a definir), com comando externo acionado através de botão giratório acoplado na moldura do quadro de vidro.
- **ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO:**
  - Composto por clip de fixação, confeccionado em nylon injetado com 85 mm de comprimento, fixado á placa ou ao quadro de vidro por meio de parafusos e ao montante através de sistema de encaixe sem a necessidade de aplicação de parafusos e conectores; fixador e regulador do rodapé em formato de “L”, junção 90° para travessa, junção 90° para batente, fixador com porca e arruela para batente, cantoneira para quadro de vidro, confeccionados em aço, tratados pelo processo de galvanoplastia.
- **MIOLO COM ATENUANTE ACÚSTICO:**
  - Constituído de lã de pet, de 50mm de espessura e densidade de 30 kg/m3. Composição: fibra de poliéster proveniente de garrafas PET, totalmente reciclado e ecologicamente correta.

### **1.0 DIVISÓRIA PANORÂMICA (DIVISÓRIA BAIXA OU TIPO BIOMBO)**

- Divisórias panorâmicas removíveis tipo biombo. Altura variável de 1100mm a 1600mm, espessura final de 80 mm, modulada de acordo com a medida local. Composta de estrutura (montantes, guias, travessas, perfis de acabamento, rodapés e calhas para passagem de fiação) confeccionada em perfis de alumínio, com acabamento em pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir. Placas de saque frontal com sistema de fixação através de clip, individuais, distanciadas entre si através de frisos reentrantes com 10 mm de largura, confeccionadas em chapas de fibra ou partícula de madeira de media densidade (MDF ou MDP) com 15 mm de espessura, com revestimento em laminado melamínico na cor a definir. Considerar opção de colocar acabamento de 300mm em vidro na parte superior. Apresentar ABNT (NBR 13964:2003).
- **ELEVAÇÕES DAS DIVISÓRIAS DE 80MM DE ESPESSURA (SAQUE FRONTAL)**
  - **TIPO 1.1** : Painel cego do piso ao teto ou com bandeira cega a partir de 2150 mm até o teto.
  - **TIPO 1.2** : Painel cego do piso até 1100 mm, após vidro duplo comum (6mm espessura) até o teto ou a 2150 mm com bandeira cega até o teto. Prever a possibilidade de persiana entre vidros.
  - **TIPO 1.3** : Painel cego do piso até 1100 mm, painel com vidro único comum (6mm espessura) até o teto ou a 2150 mm com bandeira cega até o teto.
  - **TIPO 1.4** : Vidro duplo TEMPERADO (6mm espessura), do piso até o teto ou até 2150 mm e bandeira com vidro duplo TEMPERADO até o teto. Prever a possibilidade de persiana entre vidros.
  - **TIPO 1.5**: Divisórias panorâmicas removíveis tipo biombo. Altura variável de 1100mm a 1600mm, espessura final de 80 mm. Considerar opção de colocar acabamento de 300mm em vidro na parte superior.
- Necessidade de apresentação de Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante de divisórias, comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- Apresentar junto com a proposta, certificado de conformidade de acordo com as normas ABNT (NBR 15141: 2008) e (NBR 13964:2003). emitido por certificadora acreditada pelo inmetro. Apresentar Ensaio para a

divisória piso teto de isolamento acústico de no mínimo 45dB e para divisória retrátil índice acústico de no mínimo 41dB.

- Apresentar declaração de Garantia específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação; Apresentar Catálogo com identificação de Marca/Linha.

## **2.0 DIVISÓRIA RETRÁTIL (ARTICULADA) - 100MM DE ESPESSURA**

- Divisória articulada multidirecional acústica, com 100 mm de espessura, elevação painel cego ou paginado do piso até ao trilho, modulada de acordo com a medida local, 100% estruturada em perfis de alumínio extrudado. Composta de painéis (MDF ou MDP de 15mm) comuns e painéis terminais, dotados de guias telescópicas com sistema mecânico de acionamento, suspensos através de troles com roletes duplos horizontais que proporcionam diversas passagens em cruzamento tipo “T”, “X” ou “L”. Apresentar ensaios: acústico (mínimo 41dB) e de reutilização.

- **COMPOSIÇÃO:**

### **CHASSI EM ALUMÍNIO:**

- Constituído de perfis longitudinais e transversais unidos através de acessórios apropriados sem utilização de solda, formando uma estrutura rígida para acoplamento dos perfis de junção, placas de fechamento, guias telescópicas, mecanismo de acionamento e atenuantes acústicos. Confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 67x40mm, dotado de quatro canais para acomodação de atenuante acústico (borracha de vedação entre as placas e o chassi), quatro compartimentos para acoplamento do sistema de acessório de fixação das placas (clip de fixação das placas de saque frontal), ambos localizados nas faces transversais do perfil, e dois compartimentos para acomodação do sistema de junção das peças. Tratado pelo processo de desengraxamento e pintado com tinta epóxi-pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir.

- **TRILHO:**

- Confeccionado em perfil de alumínio extrudado, de seção 110x90mm, dotado um compartimento central localizado na extremidade superior externa para acoplamento do sistema de fixação do mesmo, duas bases internas em ângulo de 100° para apoio e movimentação dos troles com roletes duplos, duas abas externas em ângulo de 65° para acabamento do forro ou septo, dois compartimentos circulares localizados nas abas - voltados para cima - para acoplamento dos perfis de união das peças garantindo um perfeito alinhamento. Tratado pelo processo de desengraxamento e pintado com tinta epóxi-pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir.

- **PERFIL DE JUNÇÃO:**

- Confeccionado em perfil de alumínio extrudado, de seção 70x32mm, tipo “C”, dotado de duas abas externas para acoplamento no chassi, um compartimento central interno para acoplamento de atenuante acústico, um compartimento côncavo para guiar e receber elemento direcional, um elemento direcional convexo para acoplamento no compartimento côncavo. Tratado pelo processo de desengraxamento e pintado com tinta epóxi-pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir.

- **GUIA TELESCÓPICA:**

- Confeccionada em perfil de alumínio extrudado, de seção 60x32mm, tipo “C”, dotado de quatro compartimentos externos para acoplamento de atenuantes acústicos, um compartimento central interno para acoplamento do suporte de fixação do sistema de acionamento das guias telescópicas. Tratada pelo processo de desengraxamento e pintada com tinta epóxi-pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a definir.

- **BATENTE:**

- Confeccionado em perfil de alumínio extrudado, de seção 100x35mm, tipo “C”, dotado de um compartimento interno para acoplamento do sistema de acessório de fixação e um compartimento externo para acoplamento de amortecedor acústico.
- **ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO:**
  - Composto de clip de fixação em nylon injetado com 85 mm de comprimento fixado à placa por meio de parafusos e ao chassi através de sistema de encaixe sem a necessidade de aplicação de parafusos e conectores, cantoneira junção 90º para união do chassi, fixador com porca e arruela para batente, confeccionados em aço, tratados pelo processo de galvanoplastia.
- **PAINÉIS DE MADEIRA:**
  - Constituídos em chapas de partículas ou fibras de madeira (MDP/MDF) de alta densidade, com 15 mm de espessura, formando placas individuais, de saque frontal independente, distanciadas por frisos reentrantes de 10 mm de largura, tanto no sentido horizontal como no vertical.
- **REVESTIMENTOS E ENCABEÇAMENTOS:**
  - Laminado melamínico: termofundido a baixa pressão, texturizado, na cor lisa ou padrão madeirado, a definir. Encabeçamento em fita de pvc de 1 mm de espessura na mesma cor preta, colado a quente pelo sistema hot-melt.
- **SISTEMA DE DESLOCAMENTO:**
  - Através de dois troles com roletes duplos horizontais, fixados nas extremidades da parte superior do painel, deslizando suavemente nos trilhos, permitindo diversas passagens em cruzamento tipo “T, X ou L”.
- **SISTEMA DE FIXAÇÃO DOS PAINÉIS:**
  - Deverá ser através de sistema com mecanismo mecânico, acionado externamente através de chave apropriada, que provoca a saída dos mecanismos telescópicos que são comprimidos junto ao trilho e ao piso com uma força de aproximadamente 100kg.
- **CURSO DE AJUSTE:**
  - Os painéis comuns assim como os painéis portas deverão ajustar horizontalmente 40 mm junto ao trilho e ao piso, os painéis terminais além de ajustar horizontalmente deverão ajustar verticalmente junto à parede 40 mm. Todos os painéis deverão ter molas compensadoras para eventual movimentação da laje.
- **MIOLO ATENUANTE ACÚSTICO:**
  - Constituído de lã de pet, de 50mm de espessura e densidade de 30 kg/m³. Composição: fibra de poliéster proveniente de garrafas PET, totalmente reciclado e ecologicamente correta.

### **3.0 PORTAS**

- **Porta simples:** Dimensões: 800mm x 2100mm e bandeira cega até a altura definida para instalação de divisória. Porta e bandeira maciças, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens necessárias (batentes, fechadura, dobradiças, etc. Fechadura La Fonte ou similar). Porta e bandeira deverão receber laminado melamínico, liso ou madeirado e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Padrões de acabamentos iguais aos da divisória, conforme modelo existente.
- **Porta dupla:** Dimensões: 1600mm x 2100mm e bandeira cega até a altura definida para instalação de divisória. Porta e bandeira maciças, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens necessárias (batentes, fechadura, dobradiças,

etc. Fechadura La Fonte ou similar). Porta e bandeira deverão receber laminado melamínico, liso e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Padrões de acabamentos iguais aos da divisória, conforme modelo existente.

- **Porta simples (alumínio)** de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa: batente e conjunto ferragens (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana. Fechadura La Fonte ou similar.
- **Porta dupla (alumínio)** de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 1600 mm (duas folhas), altura do piso até o teto ou com bandeira e espessura de 35 a 38 mm. Completa: batente e conjunto ferragens, fecho (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana. Fechadura La Fonte ou similar.
- **KIT PORTA PRONTO**

Composto por porta de giro com dimensões de 800 mm de largura, 2.100 mm de altura e 35 mm de espessura, tipo semi-sólida, com miolo estrutural tipo colmeia (honeycomb), faces em chapa de fibra (HDF/MDF) revestidas com laminado melamínico, cor a ser definida (padrão das divisórias). Acabamento com fita de borda em PVC nas laterais. Produto em conformidade com as normas técnicas da ABNT.

Incluso:

- Batente: Batente regulável com 30 mm de regulagem, 95 mm de largura e 30 mm de espessura, fabricado em MDF hidrófugo, revestido com laminado melamínico no mesmo padrão e acabamento da folha da porta, colado com adesivo PUR.
- Alizares: Alizares em MDF hidrófugo, sendo uma face com aba regulável de 15 mm e outra de 45 mm, ambos revestidos com laminado melamínico e colados com adesivo PUR.
- Ferragens: Fechadura marca IMAB. Dobradiças 3" x 2,5".
- Apresentar norma da ABNT NBR 15930-2 em nome do fabricante.
- Porta simples de correr: Dimensões: 800mm x 2100mm. Porta maciça, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens necessárias (trilho, roldanas, fechadura, bandô, etc). Porta deverá receber laminado melamínico, liso ou madeirado e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Padrões de acabamentos iguais aos da divisória.
- Porta dupla de correr: Dimensões: 1600mm x 2100mm. Porta maciça, confeccionadas em chapa em MDF de no mínimo 6mm de espessura, com espessura final entre 35 e 40mm, incluindo todas as ferragens necessárias (trilho, roldanas, fechadura, bandô, etc). Porta deverá receber laminado melamínico, liso e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Padrões de acabamentos iguais aos das divisórias.
- Porta simples (alumínio) de correr. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa: trilho, roldanas, fechadura, bandô, etc (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana.
- Porta dupla (alumínio) de correr. Requadrada em alumínio e vidro duplo TEMPERADO de 6mm. Largura de 1600 mm (duas folhas), espessura de 35 a 38 mm. Completa: trilho, roldanas, fechadura, bandê, trinco etc (padrão das demais portas). Prever a possibilidade de micro persiana.

#### **4.0 PERSIANA**

- Persiana horizontal entre vidros com 16 mm de largura, composta por laminas de alumínio com acabamento em pintura poliéster aplicada pelo sistema coil coating, (cor a definir), com comando externo acionado através de botão giratório acoplado na moldura do quadro de vidro. Divisórias e portas.

## **5.0 ATENUANTE ACÚSTICO**

- Atenuante Acústico: Constituído de lã de pet, de 50mm de espessura e densidade de 30 kg/m<sup>3</sup>. Composição: fibra de poliéster proveniente de garrafas PET.

## **6.0 MATERIAIS DIVERSOS (FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO)**

- **6.1 Montante:** confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 47x33mm, dotado de quatro canais para acomodação de atenuante acústico (borracha de vedação entre as placas e aos montantes), quatro compartimentos para acoplamento do sistema de acessório de fixação (clip de fixação das placas de saque frontal) ambos localizados nas faces transversais do perfil, dois compartimentos para fixação do mesmo e acomodação de atenuante acústico, três furos estampados de formato quadrangular medindo 20x20mm localizados nas faces longitudinais inferiores do montante, bem como nas faces superiores para passagem de cabeamento de rede elétrica, lógica e telefônica por toda sua extensão.
- **6.2 Montante de saída de parede:** confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 47x21mm, dotado de dois canais para acomodação de atenuante acústico (borracha de vedação entre as placas e aos montantes), dois compartimentos para acoplamento do sistema de acessório de fixação (clip de fixação das placas de saque frontal) ambos localizados nas faces transversais do perfil, um compartimento para fixação do mesmo e acomodação de atenuante acústico, três furos estampados de formato quadrangular medindo 20x20mm localizados nas faces longitudinais inferiores do montante, bem como nas faces superiores para passagem de cabeamento de rede elétrica, lógica e telefônica por toda sua extensão.
- **6.3 Guia de piso:** confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 50x70mm, dotada de um canal central para acomodação de atenuante acústico (fita de polietileno).
- **6.4 Guia de teto:** confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 50x40mm, dotada de um canal central para acomodação de atenuante acústico (fita de polietileno).
- **6.5 Travessa:** confeccionada em perfil de alumínio extrudado, tipo “U”, seção 47x20mm, dotada de um canal central para fixação da mesma e acomodação de atenuante acústico, quatro furos de formato retangular medindo 27x48mm para passagem de fiação, sendo dois em cada extremidade.
- **6.6 Acabamento de canto angular 90°:** confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tubular, seção 80x80mm, dotado de ângulo com raio de 50 mm em um dos vértices.
- **6.7 Batente:** confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tipo “C”, seção 40x80mm, dotado de ângulo com raio de 10 mm em um dos vértices, um compartimento interno para acoplamento do sistema de acessório de fixação e um compartimento externo para acoplamento de amortecedor acústico.
- **6.8 Rodapé (eletro-calha):** confeccionado em perfil de alumínio extrudado, tipo “C”, seção 100x14mm, dotado de sistema de encaixe do tipo saque frontal, compartimento para receber acessório de regulagem e furos estampados para instalação de tomadas de rede elétrica, lógica e telefonia.
- **6.9 Painéis em MDF** com 15mm de espessura, acabamento em laminado melaminico texturizado ou liso, bordadas com pvc, com espessura mínima 1 mm.
- **6.10 Quadro de vidro duplo:** Serviço de instalação e fornecimento de Módulo vidro duplo com espessura final de 80 mm. Modulação dos painéis na horizontal de 900 mm. Altura variável (inclui biombos ou piso-teto). Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de clipe por pressão. Padrão existente.
- **6.11 Fechadura:** marca La Fonte ref. 515 ou similar na cor a definir ou conforme modelo existente;

- **6.12 Dobradiças:** 3x2 ½ “dotadas de pino central, rolamentos internos com esferas de aço, tampas de acabamento de formato cilíndrico.
- **6.13 Kit presilhas:** Serviço de instalação e fornecimento de Conjunto cliques com conector ou cliques e parafusos com nivelador para fixação das placas na estrutura da divisória, garantindo alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto (estabilidade dimensional), além de saque frontal e individual das placas, equivalente ao padrão.

## **7.0 MOBILIÁRIO PLANEJADO**

- Serviço de instalação e fornecimento de confecção, entrega e instalação de móveis planejados por m², os móveis deverão ser confeccionados em madeira MDF (medium density fiberboard) com, no mínimo, 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faixas, em cor a ser definida. todos os componentes e estruturas necessárias ao móvel (fita borda, correções, dobradiças, puxadores, pés, rodas, estruturas metálicas, etc) ficarão a cargo do licitante vencedor e deverão estar inclusos na confecção dos móveis planejados. Todos os móveis confeccionados deverão seguir as diretrizes e as recomendações da norma regulamentadora nº 17 (nr 17) - ergonomia. Após confeccionados, os móveis deverão ser entregues e instalados nos locais previamente informados. O valor do metro quadrado deverá englobar os custos necessários às etapas projeto; confecção; entrega e instalação dos móveis planejados, deverá ser oferecida garantia de, no mínimo, três anos. Os acabamentos dos mobiliários deverão acompanhar o padrão das divisórias.

## **8.0 FORRO MINERAL (fornecimento e instalação).**

- Forro composto por placas de fibra mineral, espessura mínima de 14mm, modelado a úmido, livre de formaldeído, resistente a fungos/mofos e bactérias, com acabamento de superfície em pintura acrílica de ação bacteriostática, modulação: 625 x 625mm, borda Tegular/Lay-in. Coeficiente de atenuação acústica CAC mínimo de 35Db, Absorção sonora NRC, mínimo de 0,65, coeficiente térmico mínimo de 0,052w/m°C, Absorção sonora SRA mínimo 0,65, resistência ao fogo classe A, refletância luminosa mínima de 0,83, resistência à umidade RH90. Estrutura de perfil T, com pintura eletrostática na cor branca. Referência Armstrong. Obs: Esta modulação é importante, compatível com as dimensões da luminária.

## **9.0 LUMINÁRIA (fornecimento e instalação)**

- Fornecimento com instalação de luminárias do tipo painel LED, tipo plafon de embuir, quadrada, dimensão compatível com forro de modulação 625x625 mm, espessura máxima de 35 mm, potência mínima de 40W, fluxo luminoso mínimo de 3600 lúmens, bivolt (110/220V), 50/60Hz, ângulo de feixe mínimo de 120°, fator de potência ≥ 0,6, vida útil mínima 25.000 horas, bordas brancas em alumínio, incluindo todos os seus acessórios e elementos de fixação, inclusive plugue macho. Selo ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) com o logo da INMETRO e da OCP com o número do registro, informação da potência (w), fluxo luminoso (lm) e eficiência luminosa (lm/W). O produto deverá chegar lacrado, na embalagem original do fabricante. A fiação até o ponto da luminária estará pronta (por conta do órgão).

## **10.0 REMANEJAMENTO - DESMONTAGEM**

- Serviços de desmontagem de divisórias e mobiliário, além do forro existente no local, incluindo todo o ferramental necessário.
- A contratada é responsável pelo descarte de todo o material proveniente de divisórias sem condições de reutilização e/ou armazenamento do material que poderá ser reutilizado, a critério e em local indicado pela fiscalização.
- As peças de mobiliário desmontado deverá ser organizado e armazenado em local indicado pela fiscalização.
- A desmontagem e retirada do forro existente é de responsabilidade da contratada, inclusive o transporte.

- Os locais de realização de cada serviço deverão ser deixados limpos após a realização de cada etapa dos serviços, conforme orientações da fiscalização.

### **11.0 REMANEJAMENTO - MONTAGEM**

- Serviços de montagem de divisórias e mobiliário, incluindo todo o ferramental necessário.
- Os locais de realização de cada serviço deverão ser deixados limpos após a realização de cada etapa dos serviços, conforme orientações da fiscalização.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato, vinculando sua efetiva prestação de acordo com a ordem de serviço;

5.1.1.1. O acionamento do serviço será mediante ordem de serviço expedida pelo órgão, na qual constará todas as informações necessárias para sua execução;

5.1.1.2. Cada ordem de serviço deverá conter o quantitativo e a descrição dos serviços demandados, mantendo-se o padrão dos tipos de insumos utilizados na sede do instituto em Brasília/DF, sendo certo que toda alteração de qualquer espécie fica condicionada à autorização, especificação e definição da Contratante;

5.1.2. A Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho são aquelas descritas em tópico pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar da contratação.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências das UC's do ICMBio no Distrito Federal e no estado de Goiás.

5.2.1. Os endereços específicos constarão em cada ordem de serviço, de acordo com a respectiva demanda.

5.2.2. Os serviços serão prestados em horário pré-determinado por esta CONTRATANTE nas respectivas ordens de serviço.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme o rol balizador da planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

### **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

5.4. A demanda do órgão baseia-se nas seguintes características:

5.4.1. Trata-se de demanda necessária ao fornecimento e à instalação de divisórias, sob demanda, com o intuito de oferecer a solução mais adequada para a criação de ambientes que não exijam intervenções maiores da construção civil.

5.4.2. Considerando a transferência do uso do Complexo Administrativo Sudoeste, situado no Lote n.º 1 da EQSW 103 /104, no Sudoeste, em Brasília/DF, ao Instituto Chico Mendes, conforme estabelecido pela Portaria MGI n.º 779, que fora divulgada no Diário Oficial da União em 3 de fevereiro de 2025, urge a necessidade de se encontrar meios para



acolher os profissionais do instituto, incluindo servidores concursados e aqueles transferidos para as áreas em questão. Além disso, cumpre observar que há previsão de construção do edifício sede do Centro de Pesquisa de Cavernas e do Centro de pesquisa do Cerrado no SCES Trecho 03 Projeto Orla, Polo 08, lote 08, Asa sul, caracterizando um aumento na área de escritórios do ICMBio de cerca de 9.000 m², além das demandas existentes nas demais UC's do ICMBio no Distrito Federal e no estado de Goiás.

5.4.3. Desta feita, foi elaborada planilha com os itens encontrados no sistema *Banco de Preços* (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) utilizando-se como parâmetro de pesquisa, códigos relacionados aos serviços de organização de eventos contidos no Catálogo de Serviços (CATSERV) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério da Economia, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

5.4.4. Os valores médios aritméticos encontrados foram utilizados na fixação dos valores unitários máximos aceitáveis, possibilitando a elaboração da planilha de quantitativo de itens da pretensa contratação. Os itens foram reunidos em um único grupo que, dentro de seus memoriais, estão segmentados por itens, com suas respectivas descrições, especificações, quantidades, unidade de medidas e valores estimados, conforme o rol balizador da planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da execução da ordem de serviço*.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes regras:

6.20.1. Verificação item por item de cada parcela de serviço cumprida e atesto somente dos serviços efetivamente prestados.

6.20.2. Vistorias esporádicas, quando necessário, com ou sem aviso prévio.

6.20.3. Demais atividades inerentes à fiscalização e à boa prática de gestão de recursos administrativos.

6.20.4. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.21. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.22. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.22.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.22.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.22.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.22.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

f) documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974

## **Gestor do Contrato**

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o comprovante de realização do serviço supracitado, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação deste serviço.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. Para que seja possível a glosa, é necessário que os parâmetros matemáticos, qualitativos e quantitativos estejam devidamente integrados nos instrumentos de check-list e relatório de gestão, elaborados pela equipe técnica responsável, com o objetivo de determinar de forma clara a instituição da retenção de valores do boletim de medição encaminhado pela contratada, condicionado à aprovação por parte do contratante.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.6. A aferição supracitada da execução contratual para fins de pagamento seguirá os seguintes mecanismos de análise:

7.6.1. Verificação do andamento do objeto e dimensionamento do avanço executivo, juntamente com os relatórios fotográficos periódicos, apresentados mensalmente.

7.6.2. Elaboração de relatório de gestão e fiscalização, contendo as atividades executadas no período, bem como a listagem de ocorrências consignadas durante a execução do objeto.

7.6.3. Análise da compatibilidade e conformidade da relação de materiais, juntamente com as notas fiscais que comprovem a aplicação dos mesmos no local definido na Ordem de Serviço, observando-se o tipo, marca e demais dados sobre os produtos, além do rastreamento para troca ou garantias. Também será realizada a verificação comparativa dos gastos com material, apresentada na forma de tabela de verificação de gastos, elaborada pela equipe técnica de fiscalização.

## **Do recebimento**

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório será realizada verificação periódica, preferencialmente em base mensal, em data previamente definida pela Administração, abrangendo as demandas executadas no período anterior.

7.7.2. A CONTRATADA deverá apresentar relatório consolidado das ordens de serviço atendidas, contendo os elementos necessários à verificação da execução.

7.7.3. A Administração procederá à conferência dos serviços, atestando o recebimento provisório, com ou sem ressalvas, podendo, em caso de inconformidades, determinar a correção e/ou promover glosa dos valores correspondentes.

7.7.4. O recebimento provisório constitui condição para o recebimento definitivo e para a autorização de pagamento, não implicando aceitação plena dos serviços.

7.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no

redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.13.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, **IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.49. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.50. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à



certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.51. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.52. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.53. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias úteis.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO global.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2. custos unitários: conforme planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;
- 9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

9.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

### Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões e de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.36. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, **de no mínimo 40%** dos quantitativos estabelecidos para os **itens 01, 02, 06, 07, 26, 27, 32 e 38** da tabela de itens da licitação, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	<u>Quantidade a ser Comprovada (40%)</u>
1	TIPO 1.1 : Painel cego do piso ao teto ou com bandeira cega a partir de 2150 mm até o teto	m²_1	1800	720
2	TIPO 1.2 : Painel cego do piso até 1100 mm, após vidro duplo comum (6mm espessura) até o teto ou a 2150 mm com bandeira cega até o teto. Prever a possibilidade de persiana entre vidros.	m²_1	1000	400
6	TIPO 2.1 : Divisória retrátil, 100 mm de espessura, elevação painel cego ou paginado do piso até ao trilho, modulada de acordo com a medida local, 100% estruturada em perfis de alumínio extrudado. Composta de painéis (MDF ou MDP de 15mm) comuns e painéis terminais, dotados de guias telescópicas com sistema mecânico de acionamento, suspensos através de troles com roletes	m²_1	100	40

duplos horizontais que proporcionam diversas passagens em cruzamento tipo "T", "X" ou "L". Apresentar ensaios: acústico (mínimo 41dB) e de reutilização.

7	Porta simples MDF de abrir do piso até o teto ou com bandeira. Largura de 800 mm ou 900mm e espessura de 35 a 38 mm. Completa (vide especificações).	un	120	<b>48</b>
26	Forro composto por placas de fibra mineral, conforme especificações.	m²_1	3000	<b>1200</b>
27	Desmontagem de Divisória e porta especial cega/vidro	m²_1	700	<b>280</b>
32	Montagem de Divisória especial e porta cega/vidro	m²_1	700	<b>280</b>
38	Luminárias do tipo painel LED, tipo plafon de embuir, quadrada, conforme especificações.	un	220	<b>88</b>

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.38. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

9.39. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

9.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou de atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;
- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável da despesa, é de R\$ 8.489.372,10 (Oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e dez centavos), conforme o rol balizador da planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria ICMBio Nº 1007, de 25 de fevereiro de 2026

**MARIA DAS DORES PEREIRA SANTOS**

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA CGADM/DIPLAN/ICMBIO Nº 4.454, DE 15 DE OUTRUBRO DE 2025

**JAQUELINE FARIA BIZZO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:12:02.*